

BARROS, Queirós

* magistrado; min. STF 1891-1892.

Luís Correia de Queirós Barros nasceu em Vitória, na província de Pernambuco.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Olinda em 1844, nesse mesmo ano foi nomeado promotor público nas localidades de Santo Antônio e Vitória, ambas em Pernambuco, em época marcada pelos conflitos políticos que levaram à revolta liberal conhecida como Praieira (1848-1850). Perseguido durante o controle do poder local pelos revoltosos liberais, foi obrigado a deixar Pernambuco e a afastar-se da promotoria. De volta ao exercício de suas funções, foi, em 1857, nomeado juiz de direito de Campina Grande (PB), e em 1862, removido para Areias (PB). Permaneceu como juiz em Areias até 1872, quando foi nomeado chefe de polícia de Pernambuco. Exonerado no ano seguinte, voltou à judicatura na comarca de Nazaré (PE).

Em 1873, foi nomeado desembargador da Relação de Porto Alegre, tornando-se seu presidente em 1875, 1879 e 1882. Nesse último ano foi removido para a Relação da Corte e, no ano seguinte, para a de Recife. Em 1885 foi nomeado primeiro vice-presidente da província de Pernambuco e exerceu o cargo até o ano seguinte, quando retornou à Relação de Recife. Ainda em 1886 tornou-se procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional.

Também em 1886 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, na vaga decorrente da aposentadoria de Silvério Fernandes de Araújo Jorge. Após a proclamação da República, foi um dos ministros do antigo tribunal que seguiram para o Supremo Tribunal Federal (STF), que foi criado em outubro de 1890 como tribunal constitucional nos moldes da Suprema Corte norte-americana, e entrou em exercício em fevereiro de 1891. Permaneceu, contudo, pouco mais de um ano no STF. Com idade bastante avançada, foi aposentado no contexto de uma renovação do STF, por decreto em março de 1892, durante o governo de Floriano Peixoto, que pretendia afastar os ministros oriundos do antigo Tribunal de Justiça do Império.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 24 de fevereiro de 1908.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal* ; MELLO FILHO, J. *Notas*;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <
<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.